



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 132/XIII/ 3.^a SL

Aos 07 dias do mês de fevereiro de 2018, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação das atas n.ºs 125, 126 e 127, relativas às reuniões dos dias 21 de dezembro de 2017, 3 e 10 de janeiro de 2018;**
2. **Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 505/XIII/2.^a (PCP) - Procede à 1.^a alteração do Decreto-Lei n.º 237/2007 de 19 de Junho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2002/15/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março, relativa à organização do tempo de trabalho das pessoas que exercem atividades móveis de transporte rodoviário
Deputado autor do parecer: Ricardo Bexiga (PS);**
3. **Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 243/XIII/2.^a, elaborado pela Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD);**
4. **Outros assuntos.**

-
1. **Apreciação e votação das atas n.ºs 125, 126 e 127, relativas às reuniões dos dias 21 de dezembro de 2017, 3 e 10 de janeiro de 2018;**

Submetidas a votação as atas n.ºs 125/XIII/3.^a SL, 126/XIII/3.^a SL e 127/XIII/3.^a SL, relativas às reuniões de 21 de dezembro e de 3 e 10 de janeiro, foram as mesmas aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PCP.

2. **Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 505/XIII (2.^a) (PCP) - Procede à 1.^a alteração do Decreto-Lei n.º 237/2007 de 19 de Junho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2002/15/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março, relativa à organização do tempo de trabalho das pessoas que exercem atividades móveis de transporte rodoviário
Deputado autor do parecer: Ricardo Bexiga (PS);**

O Senhor Deputado Ricardo Bexiga (PS) apresentou de forma sucinta o parecer relativo à iniciativa supra identificada, cuja discussão na generalidade estava agendada para a sessão plenária dessa sexta-feira, 9 de fevereiro, concluindo pelo cumprimento dos requisitos formais, constitucionais e regimentais, e tendo sido saudado pela Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) pela respetiva elaboração e apresentação. Submetido a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PCP.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 132/XIII/ 3.^a SL

3. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 243/XIII/2.^a, elaborado pela Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD);

Neste ponto da ordem do dia, tomou a palavra a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD), na qualidade de relatora da mencionada petição, e procedeu à apresentação do respetivo relatório, entendendo adicionalmente, entre outras conclusões, que “tendo em consideração a relevância da matéria que visa a presente petição, propõe-se que a mesma seja discutida em Plenário”, declarando que este inciso seria acrescentado na parte final da segunda conclusão do relatório. No final da exposição, o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP) agradeceu o relatório sobre um tema da maior importância, recordando a realização de uma audição no passado sobre esta matéria, e concordando com a existência de fundamento para a discussão em Plenário, vendo o seu Grupo Parlamentar esta possibilidade com bons olhos. De igual modo, também o Senhor Deputado Ricardo Bexiga (PS) agradeceu e subscreveu a hipótese de discussão em Plenário, tendo a Senhora Deputada relatora, após uma intervenção do Senhor Presidente nesse sentido, afirmado que efetuara a adenda à mão, lendo-a de seguida em voz alta, e acrescentando que esta matéria não tinha cor partidária, e que se tratava de um tema já abordado anteriormente. Por fim, agradeceu a atenção e a deferência dos demais Deputados. Submetido a votação, foi o mesmo aprovado, registando-se a ausência do BE e do PCP.

4. Outros assuntos.

No último ponto da ordem de trabalhos, foi determinado que o plano de atividades para a 3.^a Sessão Legislativa seria definitivamente aprovado na reunião de quarta-feira, 21 de fevereiro. Já quanto à audição do Senhor Governador do Banco de Portugal, agendada para o dia 14 de fevereiro, pelas 9h00, foi confirmado pelo Senhor Presidente, a expensas do Senhor Deputado Adão Silva (PSD), que essa reunião seria exclusivamente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), e não em conjunto com a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa (COFMA), tendo o Senhor Deputado demandante afirmado que entendia que a audição teria a ganhar com os conhecimentos técnicos da COFMA, o que contudo não se traduziria numa menorização dos conhecimentos dos Senhores Deputados da CTSS. O Senhor Deputado Rui Riso (PS) acompanhou este entendimento, recordando



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 132/XIII/ 3.^a SL

que propusera anteriormente que esta audição fosse conjunta, de forma até a delimitar o respetivo âmbito, que no seu entender se circunscrevia a saber se a Caixa Económica Montepio Geral se encontrava doente ou com saúde. Neste momento, o Senhor Presidente lembrou que o Senhor Governador já estivera presente naquela Comissão sem que a reunião fosse conjunta, e que se procurara sempre valorizar o trabalho da CTSS, o que tem sido uma espécie de doutrina. Manifestou-se ainda, enquanto Deputado, contra a realização de audições conjuntas, que podem levar à secundarização de comissão, evocando a esse propósito memórias da Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares (CPCP). Usou então da palavra o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP), referindo que já abordara esta questão com o Senhor Presidente, concordando que a articulação poderia levar a dificuldades de agendamento. Porém, agora que já se encontrava agendada, poderia convidar-se a COFMA, desde que tal não significasse o adiamento da audição, que é urgente. Com este requerimento, o CDS-PP pretende escrutinar a decisão da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), para saber se o Banco de Portugal esteve envolvido no processo. De qualquer forma, o seu Grupo Parlamentar terá sempre o apoio dos Senhores Deputados da COFMA, tal como já acontecera com os Grupos Parlamentares do BE e do PCP aquando da audição do Senhor Provedor da SCML, Não têm assim objeção à articulação, embora compreendam os argumentos do Senhor Presidente. Haverá sempre uma articulação informal.

O Senhor Presidente anunciou então que não tinha sido fácil arranjar data para a audição do Senhor Governador, que até sugerira que em alternativa, e dada a matéria em apreço, estivesse presente em sua substituição a Senhora Vice-Governadora, Elisa Ferreira. Defendeu ainda a coerência de procedimentos, retirando de todas as intervenções proferidas que a audição deveria ser conjunta. Perfilhou deste ponto de vista o Senhor Deputado Adão Silva (PSD), afirmando que a audição do Senhor Governador já pecava por tardia, apesar de esta matéria continuar na ordem do dia, esperando ainda que a CTSS não fique subsumida à COFMA. A articulação deveria fazer-se da forma mais eficaz, para evitar mais atrasos. Assim sendo, formulou o propósito de, não alterando a data e a hora da audição, ser possível uma articulação com a COFMA, habilitando-se os respetivos Deputados a participar na reunião, ainda que não lhe agrade uma eventual subsunção da CTSS. Partilhou desta posição o Senhor Deputado Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP), fazendo-se valer e

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 132/XIII/ 3.^a SL

subscrevendo as palavras do Senhor Deputado Adão Silva (PSD), indicando que já acontecera a Comissão de Assuntos Europeus, a que também pertence, convidar a Comissão de Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, sem que tal significasse que fosse esta a presidir à reunião. Deste modo, o Senhor Presidente informou que seriam efetuados os contactos necessários para dar seguimento ao deliberado neste âmbito pela Comissão.

A reunião foi integralmente gravada em suporte [áudio](#), pelo que se dispensa qualquer desenvolvimento adicional nesta sede.

A reunião foi encerrada às 12:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual depois de lida e aprovada será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 7 de fevereiro de 2018.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



Feliciano Barreiras Duarte



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 132/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
António Carlos Monteiro
Carla Barros
Clara Marques Mendes
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Anacoreta Correia
Joaquim Raposo
José Rui Cruz
Maria das Mercês Borges
Pedro Roque
Ricardo Bexiga
Rui Riso
Sandra Pereira
Sofia Araújo
Susana Lamas
Wanda Guimarães
Álvaro Batista
Helga Correia
Luís Soares

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Joana Barata Lopes
José Moura Soeiro
Rita Rato
Sónia Fertuzinhos
Tiago Barbosa Ribeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar as seguintes Senhoras Deputadas:

Carla Tavares
Isabel Pires